

IDEA

REVISTA



V.2, n.1 . Jul./Dez. 2010

O PAPEL DO PROFESSOR DE LÍNGUA PORTUGUESA NO PARADIGMA DA EDUCAÇÃO INCLUSIVA

THE ROLE OF THE TEACHER OF PORTUGUESE IN THE PARADIGM OF INCLUSIVE EDUCATION

Sérgio Fabiano Labruna Cunha¹

Resumo: O artigo trata do procedimento que deve ser adotado pelo professor de língua portuguesa no paradigma de inclusão social, para a melhor forma de o docente atuar em sala de aula mediando o processo de ensino e aprendizagem. O professor deve buscar a autonomia do educando e prepará-lo para melhorar sua vida e suas relações pessoais e profissionais, e para o uso adequado da linguagem comunicativa. Este estudo foi feito por meio de pesquisa bibliográfica necessária aos apontamentos dos novos modelos educacionais, embasados nas teorias humanista-cognitivistas e nas leis nacionais signatárias dos órgãos internacionais de fomento à educação. A preparação do professor para este novo modelo, o reconhecimento das leis nacionais, a relação do novo modelo com a teoria construtivista e as alternativas metodológicas do ensino de língua portuguesa são o material principal do artigo. Estamos diante de novas perspectivas para a educação que solicitam urgentemente uma postura ativa do professor como mediador do processo de inclusão, na tentativa de evitar a exclusão social, a repetência e a evasão escolar.

Palavras-chave: língua portuguesa; educação inclusiva; docente; ensino e aprendizagem; metodologias de ensino.

Abstract: The aim of this article is to investigate the procedure to be adopted by teachers of the native language in the paradigm of social inclusion to find the best way of teaching work in the classroom, mediating the process of teaching and learning. The teacher should seek the autonomy of yours students and prepare them to improve their lives and their personal and professional relationships, and appropriate use of the communicative language. This study was done by means of literature reviews for appointments of new educational models, based on humanistic-cognitive theories and national laws to promote the international education. The preparation of teachers for this new model, the recognition of national laws on Education, the relationship of the new model with the constructivist theory and the methodological diversity of native language teaching is the main material of this article. We are facing new opportunities for education, which raise urgently an active stance of the teacher as facilitator of the process of inclusion, in an attempt to avoid social exclusion, school failure and truancy.

Key-words: portuguese; inclusive education; teaching; teaching and learning; teaching methodologies.

1. Introdução

Os professores de língua portuguesa estão diante de uma perspectiva desafiadora de conseguir reverter o quadro de exclusão, reprovação e evasão escolar. Manter o educando em sala, dentro de um ambiente educacional adequado, motivado, com perspectivas de se habilitar ao uso da linguagem como fonte de realização pessoal e profissional, envolvendo-se e envolvendo a comunidade em que vive, e onde deve atuar como sujeito autônomo e capaz

¹ Professor da Escola Superior de Administração, Marketing e Comunicação (ESAMC) - Unidade Uberlândia/MG. E- mail: sergio.cunha@esamc.br

de melhorar sua qualidade de vida e de toda a humanidade. Nem sempre a remuneração e as condições de trabalho são motivadoras para o processo de ensino e aprendizagem que se faz necessário. Mas o professor, mesmo assim, deverá criar as condições ideais para os seus alunos dentro de um novo paradigma que permeia toda a educação mundial: a inclusão social pela educação.

O artigo tem como objetivo geral demonstrar, em acordo com as teorias vigentes, como deve ser o comportamento do professor de língua portuguesa para a realização de uma educação inclusiva e, como objetivos específicos, mostrar como o professor de língua portuguesa deve relacionar-se com alunos, comunidade acadêmica e comunidade social; apontar caminhos para a inclusão de todos no processo de aprendizagem; e sugerir formas de trabalhar a língua portuguesa como mediadora do processo de educação inclusiva.

2. O professor de língua portuguesa e a educação inclusiva

Penso que o professor de língua materna deva ser um humanista-cognitivista, preocupado com a formação total do ser humano e acreditar que o processo de ensino e aprendizagem passa pela construção do conhecimento e pela interação aluno/meio/professor.

É papel importante do professor de língua materna o de formar cidadãos para o trabalho e para a vida, por isso ele precisa esforçar-se para identificar os estilos encontrados no ambiente acadêmico, tentando atender a demandas heterogêneas, tipos psicológicos variados, com cuidados e atenções específicas dirigidas ao contexto de ensino e aprendizagem.

O professor deve ser capaz de criar formas diversificadas e experiências para tentar alcançar o estilo cognitivo do aprendiz, lançando mão de novas formas de ensinar ou de alternativas metodológicas. Identificar o estilo de aprendizagem facilita o contato, a empatia e o relacionamento inter e intrapessoal, transformando o momento educacional em um processo aberto e em constante renovação no que diz respeito ao ato educativo.

Para exercermos a inclusão social pela educação, devemos ver o educando como sujeito do processo de ensino e aprendizagem, respeitando sua personalidade individual, suas tradições culturais, sua trajetória de vida, valorizando a sua contribuição pessoal na formação dos saberes.

Os professores de língua portuguesa devem reconhecer-se como sujeitos do processo educativo, capazes de pensar, executar e avaliar seus procedimentos pedagógicos, exercendo suas atividades com ética e com responsabilidade, respeitando a todos e às leis do país em que se vive. Muitos já pensaram e escreveram sobre o assunto. Quero apenas deixar minha modesta contribuição aos que se dedicam à prática de sala de aula.

2.1. A educação inclusiva em língua materna

O professor de língua materna está diante de perspectivas desafiadoras para a educação mundial. Nunca se discutiu tanto sobre as responsabilidades de educadores, professores, escolas

e sociedade na busca da melhoria das condições humanas e do ambiente em que vivemos. O processo de ensino e aprendizagem passa a ter papel fundamental na formação total do ser e na sua inserção social. Na vida moderna em que impera a necessidade da comunicação e da interrelação humana “professores e escola encontram-se confrontados com novas tarefas: fazer da escola um lugar mais atraente para os alunos e fornecer-lhes as chaves de uma compreensão verdadeira da sociedade da informação” (Relatório para a Unesco In: CETEB, 2008e).

Portanto recai uma maior responsabilidade sobre o professor que é o mediador deste processo em sala de aula. Para o professor de língua materna, então, recai a responsabilidade de trabalhar com as linguagens, os códigos e suas tecnologias como área mediadora da comunicação e da expressão oral e escrita na formação de seus alunos. Responsabilidade que vem com o peso de uma formação sólida e continuada, com a capacidade de motivação constante, com o sentido do útil, do que é necessário e do que é universal para a felicidade e a paz dos povos.

O professor deverá ter em vista que melhorar o mundo pela educação é melhorar também a qualidade da educação que se pretende dar. E como aponta o relatório da Comissão Delors enviado à Unesco sobre a educação que se quer para o século XXI:

Para melhorar a qualidade da educação é preciso, antes de mais nada, melhorar o recrutamento, a formação, o estatuto social e as condições de trabalho dos professores, pois estes só poderão responder ao que deles se espera possuírem os conhecimentos e as competências, as qualidades pessoais, as possibilidades profissionais e a motivação requeridas (CETEB, 2008e).

Outro fator que amplia esta responsabilidade do professor é o de reconhecer que os alunos deixam de ter uma postura passiva, diante do conhecimento transmitido, para se transformarem em atores principais no processo de ensino e aprendizagem. O que significa que o tempo do professor-protagonista ficou para trás, o tempo da autoridade docente como repassador de teorias e de conhecimentos cristalizados não é mais possível:

O professor deve estabelecer uma nova relação com quem está aprendendo, passar do papel de “solista” ao de “acompanhante”, tornando-se não mais alguém que transmite conhecimentos, mas aquele que ajuda os seus alunos a encontrar, organizar e gerir o saber, guiando mas não modelando os espíritos, e demonstrando grande firmeza quanto aos valores fundamentais que devem orientar toda a vida (CETEB, 2008e).

O professor de língua portuguesa deve conscientizar-se também de que não se pode restringir à educação das elites ou de um determinado grupo escolhido para tal. A educação com os fins de uma civilização melhor e mais justa requer a inclusão global e o aperfeiçoamento de toda a humanidade. Daí inferirmos que “quanto maiores forem as dificuldades que o aluno tiver de ultrapassar - pobreza, meio social difícil, doenças físicas - mais se exige do professor.”

O professor de língua materna deverá ser um agente disseminador da inclusão educacional,

pensando nos desafios para a educação de pessoas com os maiores problemas e com as maiores dificuldades para o aprendizado.

E não será possível a ideia de inclusão pela educação se não tivermos a participação de todos, governos, escolas, professores, famílias e comunidade social, em especial aquela da qual o aluno faz parte e com quem ele mantém suas relações mais diretas e necessárias. “Reforçar a ligação entre a escola e a comunidade local constitui, pois, um dos principais meios de fazer com que o ensino se desenvolva em simbiose com o meio” (CETEB, 2008e).

3. O Brasil e as diretrizes de uma educação inclusiva

O professor de língua portuguesa deverá ficar atento às normas, leis e regulamentações referentes ao processo de ensino e aprendizagem, como é o caso da lei brasileira que ficou conhecida como LDB de 1996 e traz decisões importantes sobre o ensino da língua portuguesa no modelo de inclusão.

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB), promulgada em 1996 no Brasil, teve como finalidade colocar em prática as diretrizes universais estabelecidas por órgãos ligados à educação e ao estabelecimento da cooperação mundial. O seu escopo se define pela reestruturação dos espaços de educação e pela recomendação de práticas educativas que visam à inclusão social pelo processo de ensino e aprendizagem.

Art. 3º. O ensino será ministrado com base nos seguintes princípios: I - igualdade de condições para o acesso e permanência na escola; II - liberdade de aprender, ensinar, pesquisar e divulgar a cultura, o pensamento, a arte e o saber; III - pluralismo de idéias e de concepções pedagógicas; IV - respeito à liberdade e apreço à tolerância; V - coexistência de instituições públicas e privadas de ensino; VI - gratuidade do ensino público em estabelecimentos oficiais; VII - valorização do profissional da educação escolar; VIII - gestão democrática do ensino público, na forma desta Lei e da legislação dos sistemas de ensino; IX - garantia de padrão de qualidade; X - valorização da experiência extra-escolar; XI - vinculação entre a educação escolar, o trabalho e as práticas sociais. (Lei 9.394, de 20 de dezembro de 1996)

No seu artigo 13º, a LDB determina que os docentes participem da elaboração e do cumprimento da proposta pedagógica das escolas as quais pertencem, além de zelarem pela aprendizagem do aluno e estabelecerem estratégias para a recuperação daqueles com menor rendimento escolar. Outro ponto é “colaborar com as atividades de articulação da escola com as famílias e a comunidade.”

A LDB estabelece ainda que os oito anos do ensino fundamental sirvam como base à formação da cidadania, propiciando ao aluno todos os meios para o domínio da leitura, da escrita e do cálculo, compreensão dos sistemas políticos e sociais, acesso e fruição à tecnologia e à arte, aquisição de conhecimentos e habilidades, formação de atitudes e valores e o fortalecimento dos vínculos familiares, da solidariedade e da tolerância. E que os três anos do ensino médio que

complementam a educação básica sejam capazes de consolidar os conhecimentos adquiridos, preparar o educando para o trabalho e para as relações sociais, aprimorando-o como pessoa ética, responsável e com autonomia.

O caráter inclusivo da LDB se completa pelo oferecimento de educação aos portadores de necessidades especiais em instituições regulares de ensino e pelo incentivo e fomento da pesquisa e da educação escolar bilíngue dos povos indígenas, o que foi garantido pelo Plano Nacional de Educação (PNE), aprovado pelo Congresso Nacional no ano 2000.

O PNE também apresenta a grave situação de evasão escolar e repetência no Brasil, constatadas em levantamentos governamentais, destacando-o como um dos países com o maior déficit educacional entre os países da América Latina, situação que só pode ser modificada se adotadas medidas de inclusão e valorização da educação.

O Índice de Desenvolvimento de Educação Básica (IDEB), criado pelo MEC e que mede a qualidade da educação no Brasil, indica que os fatores que mais contribuem para o abandono escolar são a reprovação e o ingresso fora da idade adequada. “Assim, a melhoria desses resultados implica, necessariamente, acesso e permanência de crianças e adolescentes no ambiente escolar sem desperdício de tempo, sem repetência e abandono, com qualidade” (CETEB, 2008g).

Para dar conta desta situação, o Ministério da Educação ainda criou as Diretrizes Curriculares Nacionais que determinam os conteúdos mínimos para o ensino fundamental “de maneira a assegurar aos estudantes uma formação básica comum e o respeito aos valores culturais e artísticos, nacionais e regionais” e os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCNs) organizados em três áreas de competências e habilidades: a) Linguagens, Códigos e suas Tecnologias; b) Ciências da Natureza, Matemática e suas Tecnologias; e c) Ciências Humanas e suas Tecnologias.

A organização dos PCNs depende, para uma melhor concepção do processo de ensino e aprendizagem, da utilização de uma metodologia e de um sistema de avaliação inovadores e da postura crítica constante do professor para o desenvolvimento integral do aluno, incluindo-se a interdisciplinaridade e a abordagem transversal de temas relevantes e emergentes da sociedade. “São eles: Ética, Meio Ambiente, Saúde, Pluralidade Cultural e Orientação Sexual” (CETEB, 2008h).

Já o Plano de Desenvolvimento da Educação (PDE) é uma prioridade do Ministério da Educação e tem como propósito o oferecimento de um ensino de qualidade que possibilite o acesso e a permanência do aluno na escola, pois investir na educação básica “significa investir na educação profissional e na educação superior, porque elas estão ligadas, direta ou indiretamente. Significa também envolver todos, pais, alunos, professores e gestores, em iniciativas que busquem o sucesso e a permanência do aluno na escola” (CETEB, 2008h).

O estabelecimento de leis e normas constitucionais põe um fim na discussão das responsabilidades pela educação dos cidadãos do país. Co-responsabilidade e a dedicação de toda a sociedade e do Estado é a palavra de ordem. Não haverá inclusão se uma parte da

sociedade sempre delegar à outra a tarefa da educação global. Engajados no processo de ensino e aprendizagem, na tentativa de uma educação para todos e para a melhoria das condições de vida de todos é que resolveremos este problema.

4. O professor de língua materna e a construção da aprendizagem no modelo de inclusão

O professor de língua materna deve ter consciência do seu papel de mediador no processo de ensino e aprendizagem. Não cabem mais a arrogância e o autoritarismo acadêmico, nem a visão de que o aluno seja o objeto de um processo incompleto a ser guiado pelo professor. A cognição ocorre quando o educando percebe a utilidade e a necessidade do aprendizado. O aluno não pode ser mais o depositário de teorias e práticas da experimentação do educador. A autonomia do educando deverá ser a meta de um professor voltado para a construção do conhecimento. “Segundo Piaget, o desenvolvimento cognitivo é um processo de construção que ocorre a partir da interação entre o sujeito e o objeto” (CETEB, 2008f).

É preciso ensinar os alunos a pensar, e é impossível aprender a pensar regime autoritário. Pensar é procurar por si próprio, é criticar livremente e é demonstrar de forma autônoma. O pensamento supõe então o jogo livre das funções intelectuais e não o trabalho sob pressão e a repetição verbal (PIAGET In: CETEB, 2008f).

Este desenvolvimento cognitivo se dá pela maturação do indivíduo e cumpre estágios necessários para que ocorra a assimilação do conhecimento, e que é uma retomada constante de estágios anteriores formados de desequilíbrios na busca de um equilíbrio posterior. “Aprender não é fácil. A dificuldade, o esforço e os erros na hora de compreender novos conhecimentos são realidades que todos os alunos conhecem” (SALA & GOÑI In: CETEB, 2008f). E os erros transformam-se em força guiadora nessa busca, e precisam ser significativos para o professor que pretende a inclusão.

O professor de língua materna não deve estigmatizar os erros e as incompreensões do aluno; deve sim, a partir daí, criar as condições para o desvelo do objeto a ser conhecido, na interação da realidade com o pensamento, “em um modelo de aprendizagem espontâneo no qual o aluno, por si próprio, descobre, analisa e estrutura a realidade graças a sua interação diretamente com o mundo físico” (CETEB, 2008f).

E esta interação só é possível quando o processo, segundo o psicólogo russo Vygotski, contemporâneo de Piaget, tem origem na sociedade. Para ele, “o desenvolvimento cognitivo do ser humano não pode ser entendido sem referência ao meio social” (In: CETEB, 2008f). Seria, então, uma conversão das relações sociais em funções mentais. E estas relações devem ser intermediadas pela educação, trazendo o mundo do aluno para a sala de aula, levando a sala de aula para o mundo do aluno. Para ser significativa, para ser necessário e útil.

Professor de língua materna inclusivo ouve o aluno, respeita o ambiente e o meio social

dos quais o aluno vem; e faz da experiência educacional algo relevante e significativo para ele e para a comunidade em que vive. “O processo de constituição de conhecimentos passa a ter uma importância vital e, portanto, deve ser considerado tão importante quanto o produto (avaliação final)” (CETEB, 2008f).

E o papel do professor de língua materna deixa de ser central e apassivador, para se tornar a mediação do aluno com a sociedade, preparando-o para enfrentar as dificuldades com autonomia e senso de responsabilidade. “Ele é o agente mediador deste processo, propondo desafios aos seus alunos e ajudando-os a resolvê-los” (CETEB, 2008f).

Conhecendo também as preferências de aprendizagem, o professor conseguirá direcionar os momentos discursivos, reflexivos, produtivos e avaliativos, distribuindo-os de acordo com a necessidade do educando e de acordo com a experiência tirada da prática em sala de aula, e não com receitas prontas e com ideias preconcebidas, quase sempre preconceituosas e em desrespeito ao processo individual de cognição

O processamento das informações pode acontecer em graus e de formas diferentes, “de acordo com cada estilo de aprendizagem: verbal x imagético; holístico x analítico; extrovertido x introvertido; sensitivo x intuitivo; objetivo x subjetivo; pragmático x espontâneo; etc.” (CETEB, 2008e).

O ideal é que o professor consiga tratar o aprendiz como único, mas sem perder de vista o seu progresso na inserção social, apto a conviver e a trocar experiências com o mundo que o cerca e consciente de sua função na sociedade e na formação da cidadania.

Gilberto Teixeira (FAE/USP), no ensaio publicado em *A Construção do Conhecimento e Teorias da Aprendizagem na Educação Básica*, mostra sua preocupação com o papel do professor no processo de ensino e aprendizagem neste “século da formação da cidadania.” Os professores devem estar sempre atualizados para atender a esta demanda que tem o aluno como foco, a fim de que as expectativas dele sejam atendidas para a realização profissional e para a vida.

Gilberto Teixeira nos adverte que a verdadeira aprendizagem ocorre “dentro do eu” quando o educando sabe “conhecer, aplicar, analisar e julgar”, e para isso é preciso que, além das regras e da memória, o professor faça com que ele reconheça a importância do que aprendeu; também porque a aprendizagem verdadeira é aquela que permanece, o que todos nós concordamos.

Ao citar destacados teóricos do construtivismo, o professor Teixeira propõe ao professor assumir uma postura “autêntica, paciente, compreensiva e empática”, garantindo uma relação humanista com o “aprendente”. Precisar ainda se aperfeiçoar, buscar alternativas, experimentar, atualizar-se e, principalmente, aprender como ensinar. Fazendo analogia com as delineações de Toffler sobre o perfil do homem moderno, Teixeira aponta o novo professor como sendo “flexível, criativo, rápido em suas decisões, comunicativo e capaz de enfrentar situações inesperadas”.

Não se pode esquecer que nem tudo são flores; há momentos de crise e de críticas,

mas, se o professor estiver preparado, poderá aproveitar as oportunidades de crescimento: para dar “sentido ao aprendido”, nos diz o ensaísta. Fica também a mensagem significativa de que ensinar é “construir sentido, transformar o obrigatório em prazeroso” e selecionar criteriosamente o que se vai ensinar. “Motivar alunos é obrigação do professor”, arremata o autor desse ensaio que ingressou na carreira docente por concurso público no ano de 1973.

Isto impõe o pensamento sobre o comportamento do professor ideal em sala de aula, e a mim, especificamente, sobre o professor de língua portuguesa que pretenda trabalhar sobre uma base de inclusão. Sempre aprendendo a aprender para poder ensinar, aprendendo a compreender para aprender a ser.

5. O professor de língua portuguesa e a metodologia de inclusão

Não é raro quem tenha tido uma experiência ruim com a língua materna, na escola, no trabalho, em situações constrangedoras para quem precisa se comunicar oralmente ou por escrito. Vive-se e ouvem-se narrações de experiências traumáticas, com professores, colegas de escola, chefes no trabalho, relacionadas ao uso da língua. E fica, em todos, o gosto amargo da exclusão, pois percebe-se que naqueles momentos narrados ou vividos aconteceu algo que a evidencia: o registro culto da língua como único aceitável, o discurso da elite em detrimento aos usos populares da língua.

Os estudos linguísticos, que se iniciaram no mundo a partir do início do século XX e aprofundados mais tarde, contribuíram como um marco no ensino de língua materna, acabando com os conceitos e preconceitos existentes sobre o registro culto como única manifestação aceita na oralidade e na escrita, deslocando o conceito de erro gramatical para a periferia da discussão.

6. As metodologias a serem utilizadas pelo professor de língua portuguesa no sentido da inclusão

6.1. A interdisciplinaridade e o trabalho com projetos

O professor de língua portuguesa deve ser interdisciplinar, capaz de participar, coordenar e orientar atividades que envolvam outras disciplinas e, por consequência, trabalhar junto a outros professores e lidar com saberes diversos. “O ensino da língua deve considerar a teia de relações que se estabelece entre os diversos campos de conhecimento” (CETEB, 2008d).

Os trabalhos escolares interdisciplinares ajudam o educando a entender a inter-relação dos saberes e a importância da contribuição de todos os envolvidos no cumprimento de tarefas concernentes ao processo de ensino e aprendizagem.

Em relação à língua portuguesa, o professor será um mediador na relação das disciplinas

participantes, colocando a língua materna a serviço da análise e da construção de textos e será um orientador nas partes de revisão e refação de material escrito, necessário à atividade.

A interdisciplinaridade será capaz de auxiliar o professor de língua portuguesa a construir um planejamento de aula que se utilize de temáticas emergentes, que podem ser tomadas como objeto de estudo em outras disciplinas e que sejam capazes de motivar o aluno na descoberta de soluções para uso do que se aprendeu em sua própria vida.

Elaborar, planejar, organizar e realizar projetos cria um comprometimento total. “O trabalho com projetos é, sem dúvida, bastante proveitoso no sentido de se permitir que se estabeleçam parcerias entre os professores, extrapolando o limite das disciplinas” (CETEB, 2008d).

O professor de língua portuguesa deve utilizar-se da metodologia de projetos para colocar o aprendente em situações reais de cumprimento de tarefas, motivando-o a cumprir prazos, metas e aprender a trabalhar em grupo.

Para o professor de língua portuguesa, trabalhar com metodologia de projetos será uma forma de trabalhar conteúdos próprios, mas com o objetivo de intervir em situações vividas pelos alunos, na tentativa de se usar a língua para a resolução de problemas cotidianos.

Outra vantagem do professor de língua portuguesa trabalhar com projetos é poder propor a participação da comunidade social do aluno, famílias, amigos, bairro, na configuração do planejamento escolar e na presença ativa nos eventos criados a partir do aprendizado por projetos. E, assim, podemos “passar de uma concepção fragmentária para uma compreensão unitária do conhecimento” (CETEB, 2008d).

6.2. O letramento

Aluno alfabetizado é muito pouco para quem pretende mudar o mundo pela educação. Saber identificar palavras não é o suficiente para se atingir a autonomia e se conseguir obter o conhecimento necessário para conquistar as condições ideais de viver com esta autonomia. “O indivíduo alfabetizado é aquele que domina a tecnologia de ler e escrever. Já o indivíduo letrado é aquele que usa funcionalmente a leitura e a escrita nas práticas sociais cotidianas, de forma a favorecer sua inserção cultural” (CETEB, 2008a).

O professor de língua portuguesa deve apresentar ao educando os modos de discurso, torná-lo capaz de identificar os elementos necessários para a sua formulação e capaz de relativizar conteúdo e forma com o contexto, com o meio e com as condições de produção. “Ler o jornal do dia, os outdoors, o nome das ruas, o letreiro dos ônibus, as contas a pagar, deixar escrito um bilhete, fazer anotações na agenda ou encaminhar um relatório, (...) podem ser denominados eventos de letramento” (CETEB, 2008a).

O professor de língua portuguesa deve colocar o aprendente em situação real de uma atividade em que haja a necessidade de leitura ou escrita e em que disto dependa a realização da tarefa, acompanhado sempre pelo professor e com a ajuda de outros colegas.

Para ser inclusivo, o professor de língua portuguesa deve também “valorizar o uso da língua, nas mais diversas conjunturas sociais, considerando as múltiplas possibilidades de uso da língua a partir de suas funções, objetivos, estilos e modos de falar” (CETEB, 2008a).

6.3. A análise e a interpretação de textos

O professor com uma formação sólida e constante terá mais facilidade em se comportar no ensino da análise e da interpretação de texto. E não se pode pensar de outra forma, já que o educador em língua portuguesa deverá ser capaz de escolher os textos mais adequados que contribuam com a formação da autonomia do educando, pois “a necessidade de compreensão plena dos textos que nos chegam faz-se presente cotidianamente” (CETEB, 2008d).

São fundamentais para a aprendizagem da análise e interpretação de texto: “a troca de experiências; o compartilhamento de percepções, dificuldades, sentimentos; a oferta de oportunidades de contato com os diferentes gêneros discursivos”. E o professor de língua portuguesa deverá ser o condutor deste processo, mediando debates, organizando seminários, formando grupos de interesses diversos (teatro, música, dança, poesia, etc.)

O professor deve garantir também o respeito e a consideração ao conhecimento prévio do aluno sobre o que for tratado e analisado nos textos. Diversas formas de linguagem devem coexistir no ensino da língua, que é uma das muitas manifestações do caráter nacional e do desenvolvimento cultural de um povo.

São incontáveis os dispositivos e artificios culturais no seio de uma nação, o que deve ser passivo de pesquisa e exposição. O professor de língua portuguesa precisa fazer a identificação de sua turma e dos estilos cognitivos dos seus alunos para poder escolher e trabalhar com textos mais próximos de suas realidades, para que possam interpretar situações cotidianas e necessárias ao desenvolvimento pessoal.

(...) ao escolhermos um texto para ser trabalhado com os alunos, devemos considerar: as finalidades desse texto; como suas partes se organizam e de que maneira isso pode contribuir para

a aprendizagem e as formas possíveis de interação do aluno com o texto, ou seja, quais diálogos são possíveis a partir dessa interação (CETEB, 2008d).

6.4. Leitura e produção de texto

A atividade de leitura favorece o repertório do estudante, apura sua percepção estética, habilita sua escrita e aumenta seu vocabulário. “A leitura é uma atividade de acesso ao

conhecimento produzido, ao prazer estético e, ainda, uma atividade de acesso às especificidades da escrita” (ANTUNES, 2008).

O professor de língua portuguesa deve ser capaz de estimular no aluno o interesse pela descoberta na atividade da leitura, não apenas os saberes estabelecidos, mas também a simples fruição estética; às vezes, apenas o prazer pela leitura. Sabemos sobre a eficiência da leitura nas descobertas humanas, inclusive na ficção, em que aventuras e heróis também são propostas educadoras para toda a humanidade. “Ler para informar-se; ler para deleitar-se; ler para entender as particularidades da escrita” (ANTUNES, 2008, p. 66).

O professor de língua portuguesa deve garantir a disponibilidade de material de leitura e um espaço adequado para esta atividade. Deve também estimular os momentos de oralidade em sala de aula. “E não apenas que sirva para preencher um espaço vazio da aula” (ANTUNES, 2008).

Já a “escrita, na diversidade de seus usos, cumpre funções comunicativas socialmente específicas e relevantes”. E deve servir ao professor de língua portuguesa para a aplicação na realidade do aluno, para “usos” cotidianos e necessários ao seu relacionamento e à sua convivência em sociedade. “Escrever um bilhete, fazer uma anotação, mandar e-mail, produzir um relatório”, tudo próximo às realizações necessárias ao desenvolvimento pessoal e profissional do educando.

6.5. Tendências do ensino da gramática

O professor de língua portuguesa deve inserir o ensino da gramática, mas não como um acervo de nomenclaturas a ser memorizado. A gramática deve servir aos objetivos do entendimento e da construção textual. “A gramática existe em função da compreensão e da produção de textos orais e escritos” (ANTUNES, 2008, p. 92).

O professor de língua portuguesa deve trazer para a aula “uma gramática que seja relevante”, que priorize a aplicação em textos de diferentes gêneros, portanto “uma gramática que seja funcional”, “contextualizada”, “que traga algum tipo de interesse”, “que preveja mais de uma norma” e “que seja uma gramática das pessoas”, pois o fim será sempre a necessidade de interação verbal com os outros.

A ortografia não poderá ser motivo para simples apontamentos de erros e correções,

Ao trabalharmos com ortografia, é preciso considerar que nossos alunos atingem graus de maturidade linguística. Por isso, teremos alunos que ao se depararem com a escritura de textos, não tenham sequer a consciência de que escreveram errado sob o ponto de vista ortográfico. (...) O professor precisa estabelecer seus objetivos ou expectativas para a aquisição do sistema ortográfico por seus alunos (CETEB, 2008c).

Em toda a escrita de textos deverá ser feita revisão em um determinado momento da produção, mas que seja ao final, como parte última do processo e não a toda hora e a tudo que se

escreveu. Para os educadores construtivistas “esse reconstruir propicia ao aluno a reformulação de hipóteses a partir de suas descobertas. Tal processo se configura com o que chamamos de uso; reflexão e uso, baseados em tentativas, erros e acertos” (CETEB, 2008c).

6.6. A pesquisa em sala de aula

Um professor de língua portuguesa que pesquisa estimula o aluno a pesquisar também. Quando mostramos ao aluno uma referência histórica da língua, a formação linguística, a etimologia, estamos fazendo com que ele saiba o caminho percorrido pelo professor e pode, a partir daí, construir seu próprio caminho para a aprendizagem pela pesquisa. Dentre as vantagens da inserção da pesquisa como recurso pedagógico, está a de tornar a aprendizagem significativa para o aluno, principalmente porque ela permite seu envolvimento afetivo e social, além do cognitivo.

A língua materna é um arcabouço de significantes, estabelecida nas heranças culturais que são removidas constantemente para a ampliação do nosso conhecimento. Pela pesquisa podemos registrar modos de fala distantes no tempo e no espaço, descobrir implicações semânticas para determinados usos.

Mas o professor de língua portuguesa deve estar preparado para utilizar todo o tipo de suporte de pesquisa, desde uma consulta bibliográfica, uma visita à biblioteca, sugerir mídias de consulta, indicação de filmes temáticos ou referenciais de temas diversos.

A pesquisa é, desta forma, recurso indiscutivelmente útil à aprendizagem da língua (...), pois não há pesquisa de qualidade sem leitura e sem escrita. Não há pesquisa sem reflexão sobre o texto que se lê. Não há pesquisa que não exija a seleção entre uma diversidade de textos e informações. Não há pesquisa sem elaboração discursiva que leve em conta a adequação linguística aos diferentes contextos. Por isso, independente do assunto tratado ou tema do projeto proposto na escola, é sempre muito fácil reconhecer a língua como instrumento interdisciplinar (...) (CETEB, 2008c).

6.7. O material didático e o domínio de novas tecnologias na educação em língua portuguesa

O professor de língua portuguesa deve propiciar o uso de outras formas de ensino além do acompanhamento do livro didático, que “não pode ser o único, nem mesmo o centro da ação docente, reconhecemos que, se bem escolhidos, constitui-se, sem dúvida, um rico material auxiliar ao trabalho do professor e à aprendizagem do aluno (CETEB, 2008d).

A seleção de bons textos [sejam eles literários, jornalísticos, científicos, metalinguísticos (...)] e de exercícios e reflexões será decisiva para o alcance de um ensino satisfatório em língua materna, um ensino que desperte no aluno a vontade e a capacidade de buscar a aquisição e a produção de conhecimento mediante a linguagem (CETEB, 2008d).

Mas para conseguir êxito na escolha do material que servirá à aprendizagem de língua materna, o professor deve observar “o contexto do aluno”, “a adequação didática” e “a qualidade dos textos”. O professor pode recorrer “a jornais, revistas, folhetos, textos instrucionais e literários, publicidade”, adaptações cinematográficas, gráficos, links da internet e tudo que lhe sirva de material para análise e estudo da linguagem.

É importante que o professor identifique os estilos de aprendizagem do aluno para poder propor soluções para a apresentação da disciplina. A evolução tecnológica em curso obriga a uma atualização constante dos modos de ensinar, e o professor, em qualquer área do conhecimento, precisa ficar atento ao oferecimento de suportes tecnológicos que possam facilitar ou até incentivar a participação dos seus alunos. “O ensino da língua (...) deve buscar não só a habilidade de compreensão dos discursos e de reflexão sobre eles, mas também aguçar neles a vontade de produzir e difundir ideias” (CETEB, 2008d).

6.8. A avaliação de língua portuguesa no modelo de inclusão

A avaliação educacional quase sempre foi pensada e ligada à ideia de se medir o grau de memorização do aluno em relação aos temas tratados nas disciplinas escolares, pouco tratando as questões de planejamento e de processo de ensino e aprendizagem. Quase sempre o termo avaliação esteve ligado ao conceito de prova, prova bimestral, prova final, etc. Portanto,

(...) falta rever nossas concepções de avaliação, a fim de desgrudá-las de uma finalidade puramente seletiva - quem passa, quem não passa de ano - e instituir uma avaliação em função da aprendizagem. Uma avaliação que seja uma busca nos indícios, dos sinais da trajetória que o aluno percorreu, o que, por outro lado, serve também de sinal para o professor de como ele tem que fazer e por onde tem que continuar (ANTUNES, 2008).

Em qualquer processo, assim como no de ensino e aprendizagem, devemos estar em constante avaliação, não só do aluno, mas também dos professores, da instituição educacional, dos parâmetros e das diretrizes curriculares, do planejamento escolar em todos os momentos educativos. A avaliação, em função mesmo de sua finalidade, deve acontecer em cada dia do período letivo, pois a aprendizagem, também, está acontecendo todo dia.

O professor de língua portuguesa, acompanhando as diretrizes curriculares de formação da capacidade do educando de se articular com a linguagem, seus códigos e tecnologias, deve estar permanentemente preocupado com a evolução na aprendizagem dos recursos de leitura, escuta, fala e produção de textos dos seus alunos. “Daí a conveniência de o professor pensar, observar, descobrir, em cada momento, a maneira mais adequada de contribuir para que seu aluno cresça na aquisição de sua competência comunicativa” (ANTUNES, 2008, p. 165).

A medida avaliativa deve ser centrada na evolução do aluno, do ponto em que ele iniciou o curso, seu conhecimento prévio do conteúdo, até onde ele conseguiu chegar ao desenvolvimento

das suas habilidades de ler, compreender, escrever e se expressar oralmente. E o professor tem a função de acompanhar este desenvolvimento e fazer intervenções possíveis a fim de corrigir o caminho que está sendo tomado para o sucesso do processo.

“A avaliação não é reflexo da aula, não é resultado da aula, mas faz parte dela. A prova não pode ser a única forma de avaliar, pois não abrange todas as necessidades de observação e de levantamento de informações que se fazem necessárias” (CETEB, 2008d).

Como exemplo de prática avaliativa para os anos que compreendem a educação básica, o professor de língua portuguesa deve observar se o aluno “sabe utilizar as diferentes linguagens como veículo de produção, expressão e comunicação de ideias”, “demonstra compreensão sobre os textos lidos”, “utiliza diferentes fontes de informação”, “sabe resolver problemas, construindo estratégias diferentes, desenvolvendo formas de raciocínio e de processos, como intuição, indução, dedução, analogia estimativa e aplicando conceitos das diferentes áreas do conhecimento”, “sabe analisar, considerar e respeitar as diversas manifestações artísticas e culturais”.

E para que haja uma melhor prática no processo avaliativo, o professor de língua portuguesa deve ter em vista que sua avaliação seja:

- 1- Um instrumento dialógico que permite redimensionar a ação docente.
- 2- Sirva de parâmetro para a definição de metas a serem alcançadas, a partir do levantamento das habilidades e competências já desenvolvidas pelo aluno.
- 3- De não assumir papel coercitivo ou disciplinador (...).
- 4- Variada, possibilitando o atendimento às diferenças individuais a partir do uso de diferentes instrumentos de avaliação.
- 5- De não acontecer em momentos estanques e de que caso seja feita em forma de prova não ultrapasse 30% do valor final da disciplina (CETEB, 2008d).

7. Conclusão

Concluimos que os atuais estudos em educação apontam para uma nova perspectiva no ensino da língua portuguesa, enxergada na formação docente constante, no aprofundamento das questões que afetam a inclusão social, no aproveitamento das teorias humanistas e cognitivistas, na descoberta de novas metodologias de ensino e na superação da barreira entre o que se ensina e o que realmente se aprende.

Portanto, o professor de língua portuguesa, por meio do despertar de sua curiosidade epistemológica e de sua vocação como mediador no processo de ensino e aprendizagem, deve preparar-se para ser o condutor do educando na busca pela sua autonomia, na compreensão e no uso de uma linguagem útil e necessária, tornando-o sujeito independente, capaz de realizar-se satisfatoriamente em suas relações pessoais e profissionais.

Novos paradigmas para o ensino de língua materna sugerem a utilização do texto, não como uma desculpa para o estudo gramatical ou correções ortográficas apenas, mas porque é

no texto que se realiza o aprendizado, na sua compreensão, na possibilidade de interpretação, no desenvolvimento da fala, da escuta, da leitura e da escrita propiciados pelo processo de letramento e pelo estudo dos gêneros discursivos.

Pesquisa, métodos de trabalho por projetos e interdisciplinaridade são tendências na escola atual, seja ela pública ou privada, para referenciar uma educação voltada para a inclusão, por meio de motivação pedagógica, reconhecimento da cultura prévia do educando e apontando caminhos para as resoluções dos problemas que afetam a humanidade.

O envolvimento de todos, governos, escolas, professores, alunos, familiares e sociedade civil organizada no processo de ensino e aprendizagem da linguagem, códigos e suas tecnologias será significativo para obtermos uma mudança nas perspectivas sociais, conquanto busque a inclusão pela educação e o desejo de evoluirmos como sociedade capaz de tomar suas decisões em benefício de todos.

Referências

ANTUNES, Irandé. *Aula de português: encontro e interação*. 6. ed. São Paulo: Parábola Editorial, 2003.

CETEB. *Áreas da Educação: a construção do processo de letramento - a leitura e a produção de textos*. Brasília, Universidade Gama Filho, 2008a.

CETEB. *Áreas da Educação: tendências no ensino de língua portuguesa - fundamentos teóricos e metodológicos*. Brasília, Universidade Gama Filho, 2008b.

CETEB. *Áreas da Educação: tendências atuais do ensino da língua portuguesa*. Brasília, Universidade Gama Filho, Brasília, 2008c.

CETEB. *Áreas da Educação: a prática docente no ensino da língua portuguesa*. Brasília, Universidade Gama Filho, 2008d.

CETEB. *Áreas da Educação: tendências atuais da educação*. Brasília, Universidade Gama Filho, 2008e.

CETEB. *Áreas da Educação: construção do conhecimento e teorias da aprendizagem na Educação Básica*. Brasília, Universidade Gama Filho, 2008f.

CETEB. *Áreas da Educação: pesquisa em educação*. Brasília, Universidade Gama Filho, 2008g.

CETEB. *Áreas da Educação: organização do trabalho pedagógico*. Brasília, Universidade Gama Filho, 2008h.

TEIXEIRA, Gilberto. ensaio publicado em *A construção do conhecimento e teorias da aprendizagem na educação básica*